

Campanha divulga Estatuto da Criança e do Adolescente

Pesquisa afirma que 71% dos moradores de Vitória nunca leram o código que aborda a questão dos menores

O Tribunal de Justiça lançou na sexta-feira, em seu auditório, na Enseada do Suá, uma campanha de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto é uma parceria com a diretoria do Fórum de Vitória e com a Vara da Infância e Juventude da capital e tem como objetivo aumentar o grau de conhecimento da população em relação às regras e normas do estatuto.

Através de uma pesquisa realizada no período de 20 a 31 de dezembro de 1998, a Justiça constatou que é alarmante o número de pessoas que não tem nenhuma noção sobre o texto do estatuto.

Os dados coletados apontaram que, de todos os entrevistados em Vitória, 62% sabem que o estatuto está em vigor, mas 71% admitem que nunca leram o texto completo.

“É importante que a sociedade saiba o que diz o estatuto. Por isso, estamos direcionando a campanha para pais e filhos. Quanto mais pessoas tomarem conhecimento do estatuto, menor será, no futuro, o número de delitos cometidos por crianças e adolescentes”, explicou o juiz da Infância e da Juventude de Vitória, Paulo Roberto Luppi.

ENTREVISTAS

A pesquisa também identificou que 75% dos moradores de



O juiz Paulo Luppi organizou a pesquisa e fez o lançamento da campanha no Tribunal de Justiça

formou o juiz Paulo Luppi.

O lançamento da campanha marcou também o início dos trabalhos do Projeto Eca-500, que está sendo desenvolvido

pelo juiz Paulo Luppi.

Pelo menos 500 exemplares do estatuto foram distribuídos às pessoas que compareceram ao auditório do Tribunal da Justiça. A partir desta próxima semana, o estatuto estará sendo distribuído para escolas municipais, estaduais e da rede privada.

O estatuto também estará à disposição da população no Serviço Social do Tribunal de Justiça, nos centros comunitários e nas Secretarias Municipais de Educação e Ação Social de Vitória.

Vitória não têm nenhum exemplar em casa e 85% têm interesse em recebê-lo gratuitamente.

Nesta pesquisa, 500 pessoas responderam ao questionário. O trabalho foi dividido em dois níveis, ou seja, 200 entrevistados representantes da classe média e média alta e 300 da classe de baixa renda.

“Um ponto relevante constatado na pesquisa está no fato de que as pessoas de classe social mais alta são as que menos se interessam pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”, in-